



PULSAR DO COMÉRCIO EXTERNO

Como facilitar a produção e o comércio do pescado em Moçambique?

A importância do sector das pescas

O sector das pescas (pesca e aquacultura) desempenha um papel socioeconómico importante na economia moçambicana. Os dados oficiais sobre o universo de pessoas envolvidas neste sector são de 2012 segundo os quais acima de 400.000 pessoas estavam directa e indirectamente envolvidas em actividades pesqueiras.¹ Dados do MIMAIP mostram que em 2020 a produção total do sector foi de 434,6 mil toneladas, das quais apenas cerca de 5% eram oriundas da pesca industrial e semi-industrial (cujos níveis de produção têm vindo a diminuir nos últimos anos devido largamente a superexploração das espécies) e da aquacultura industrial. Quase toda a produção da pesca semi-industrial e industrial (com destaque para o camarão e a lagosta) é orientada para a exportação e, por conseguinte, uma importante fonte de divisas, tendo gerado cerca de USD 51,8 milhões em 2020. Por outro lado, a produção da pesca artesanal e as importações satisfazem a demanda nacional. O consumo anual per capita do pescado em 2020 foi de 16,4 kg, abaixo do nível global de 20,5kg.²

Neste artigo, discute-se de forma sucinta e solta (a) alguns dos principais desafios enfrentados pelas empresas e pelos agregados familiares que operam neste sector na produção e comércio, e (b) possíveis medidas de política que podem ser adotadas para incrementar e facilitar os níveis de produção, competitividade e exportações do sector privado.

A Produção Pesqueira e os Constrangimentos

A produção pesqueira e da aquacultura a nível nacional vem apresentando uma tendência crescente nos últimos anos, tendo passado de 170 mil toneladas em 2010 para 434,6 mil toneladas em 2020, um crescimento médio anual de 10%. Contudo, desde 2018 a produção tem crescido a taxas decrescentes devido ao efeito combinado da superexploração das espécies e da redução da demanda global derivada das restrições impostas no âmbito da covid-19 (ver gráfico 1). Nos últimos 10 anos, a pesca artesanal teve um peso médio de aproximadamente 89% no total da produção pesqueira, seguida da pesca industrial e semi-industrial, ambas com pesos de 5% e a aquacultura, com um peso médio de apenas 1%.

Gráfico 1: Evolução da Produção Pesqueira em Moçambique



Fonte: MIMAIP (2021). Boletim Estatístico da Pesca e Aquacultura 2009 – 2020

Os subsectores da **pesca semi-industrial e industrial** têm enfrentado vários constrangimentos que de acordo com um estudo recente liderado pela *Macallister Elliot and Partners Ltd*, uma firma internacional de consultoria na pesca e aquacultura, incluem os seguintes: (i) a dificuldade de obter os apetrechos de pesca no mercado nacional devido ao número limitado de fornecedores e de oficinas navais para a manutenção e reparação de embarcações, (ii) fracos investimentos dos armadores semi-industriais na substituição das embarcações obsoletas (muitas operam há cerca de duas décadas), em parte devido a dificuldade de acederem ao financiamento; (iii) indisponibilidade de mari-

¹ IDPPE (2012). Censo da Pesca Artesanal

² FAO (2020). *The state of world fisheries and aquaculture*: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9229en/> [consultado no dia 27-06-22]

neiros e capitães nacionais na pesca industrial, o que obriga a recorrente utilização de mão-de obra estrangeira; (iv) o número limitado de técnicos nacionais formados com a qualidade necessária para satisfazer as necessidades destes subsectores; (v) a isenção da cobrança do IVA apenas na primeira transmissão/venda, contribuindo para que os preços do pescado ao consumidor final sejam relativamente mais caros, e (vi) falta de entendimento comum entre o Estado e os armadores sobre a cobrança das taxas dos direitos de pesca.³ Os desafios do subsector **da pesca artesanal** incluem (i) a dificuldade dos seus armadores de se beneficiarem do incentivo ao consumo do gasóleo actualmente fixado em 2.13 MZN/litro, regido pelo Decreto 56/2003 de 24 de Dezembro e Diploma Ministerial 102/2019 de 25 de Outubro, devido ao carácter informal da sua actividade, (ii) a fraquíssima ligação da sua produção com a pesca industrial e semi-industrial, (iii) fraca contribuição para as receitas fiscais que poderiam ser utilizadas para promover o desenvolvimento deste subsector, e (iv) a inexistência dum sistema eficiente de conservação do pescado pós-captura nos grandes locais de desembarque. No subsector da **aquacultura** os constrangimentos incluem os altos custos dos insumos de produção e a fraca capacidade do Estado em monitorar e minimizar o risco de pragas na cadeia de produção.

O Estado, por sua vez, também possui uma fraca capacidade instalada de monitoria, controlo e vigilância ao longo dos 2700 km de linha de costa o que tem contribuído para as grandes quantidades verificadas da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada no país, que prejudica muitas das pescarias e custa anualmente a Moçambique de 36 a 67 milhões de dólares.⁴

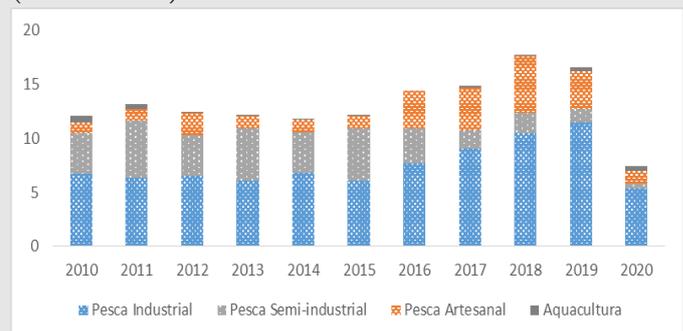


³ Este diferendo levou o sector privado (2020) a solicitar o parecer do Provedor da Justiça (que foi favorável ao sector privado) e

O Comércio do Pescado e Constrangimentos

Do total da produção setorial, a produção industrial e semi-industrial é exportada. As quantidades exportadas desta produção têm crescido ao longo dos anos, com excepção de 2020 onde o volume de exportações reduziu em cerca de 55%, de 16,5 para 7,4 mil toneladas, em grande parte devido à queda da demanda internacional derivada do impacto da covid-19 (ver gráfico 2).

Gráfico 2: Exportações de Produtos do Sector Pesqueiro (mil toneladas)



Fonte: MIMAIP (2021). Boletim Estatístico da Pesca e Aquacultura 2009 – 2020

Em 2020, as exportações geraram ao país cerca de 51,8 milhões de dólares. Em média, de 2010 a 2020, as principais espécies exportadas foram quatro, nomeadamente, o camarão de superfície (3,3 mil tons ou 27% do total), a kapenta (3 mil tons ou 25% do total), o peixe ou tilápia (2,2 mil tons ou 18% do total) e o camarão de profundidade ou gamba (1,5 mil tons ou 12% do total), respectivamente. Grande parte destes produtos têm como principais destinos a Ásia (China e a Coreia do Sul), a União Europeia (Portugal, Espanha e França) e a SADC (RAS). Em 2020, estes destinos representaram 43%, 30% e 23%, respectivamente, do total das exportações.

Moçambique é igualmente um país importador do pescado, em particular do carapau, uma fonte importante de proteína animal para a população moçambicana. Entre 2010 e 2020, as quantidades importadas do carapau cresceram 83% atingindo 68 mil toneladas, sendo a Namíbia a maior origem das importações. Como forma de garantir o acesso da população sobretudo de renda baixa a esta importante fonte de proteína animal a custos relativamente baratos, o governo isenta o carapau importado do pagamento dos

posteriormente o MIMAIP (2021) a solicitar o parecer do Conselho Constitucional (que foi favorável ao Estado).

⁴ WWE (2017). *A Sustainable Shrimp Fishery for Mozambique*.

direitos aduaneiros e do IVA. As importações de 2020 custaram ao país cerca de USD 78,6 milhões.⁵ Dados do MEP (09/2020) mostram que o preço médio CIF Maputo do carapau era de USD 160/ton, estando muitíssimo abaixo de USD 2.300/ton, o preço da tilápia produzida em Inhambane, um potencial substituto do carapau.⁶

Os **constrangimentos** enfrentados pelos exportadores do sector da pesca são vários. Para além de discutir os constrangimentos de carácter transversal aplicáveis ao comércio internacional em Moçambique, Zita (2019) identifica os constrangimentos no processo da exportação dos produtos da pesca e aquacultura⁷ que incluem (i) os custos relativamente altos da realização dos testes laboratoriais necessários para avaliar o grau de contaminação (histamina e chumbo) das espécies exportadas que actualmente são efectuados na RAS devido à sua indisponibilidade em Moçambique; (ii) a emissão do certificado sanitário de exportação pelo Instituto Nacional de Inspeção do Pescado (INIP) fora do sistema da Janela Única Electrónica devido à insuficiência de equipamentos informáticos e baixa qualidade da internet (apesar do artigo 40 do Diploma Ministerial 16/2012 de 1 de Fevereiro obrigar as entidades públicas a utilizarem este sistema), acarretando tempo e custos adicionais de exportar; (iii) a concentração em Maputo da assinatura do certificado de captura (*catch certificate*) de todos os exportadores do país, acarretando tempo e custos adicionais sobretudo àqueles exportadores localizados no Centro e Norte do país; e (iv) tarifas aduaneiras relativamente altas (20%) de importação dos alevinos e da ração para a produção da tilápia, o que contribui para aumentar os seus custos de produção, tornando-a pouco competitiva comparada com o custo de importar o carapau e, em última instância, reduzindo o seu potencial como alternativa ao carapau a médio e longo prazos.

Medidas de Política

Face aos desafios acima, algumas possíveis medidas de política para incrementar a competitividade da produção e facilitar o comércio dos produtos da pesca e aquacultura

nacional, podem ser encontradas em Zita (2019), Nhantumbo & Gaile (2020)⁸ e MEP (2021) e incluem as seguintes:

- Promover o comércio de pescado de alta qualidade nas cadeias de abastecimento semi-industriais, unidades de processamento industrial e exportação, envolvendo também comerciantes do sector artesanal (através da do licenciamento e fiscalização sanitárias pelo Estado, e maior sensibilização dos pescadores artesanais, para a formalização da sua actividade);
- Cadastrar os pescadores artesanais e assegurar que estes também paguem as taxas e os impostos ao Estado;
- Alargar a isenção da cobrança do IVA ao longo de toda a cadeia do pescado nacional vendido pelos armadores industriais e semi-industriais (do produtor até ao consumidor final), à semelhança do que acontece na Nigéria desde 2020 e com as conservas de sardinha na RAS;
- Encontrar uma solução equilibrada sobre a questão dos direitos de pesca, tendo em conta o aspecto económico de cada pescaria, a duração dos períodos de veda em cada ano, e o efeito das mudanças climáticas que afecta directamente o número de dias no mar durante as campanhas de pesca;
- Priorizar nos planos económicos e sociais do governo a digitalização do processo de emissão das licenças de importação e certificados sanitários de exportação e a sua integração no sistema da Janela Única Electrónica, mobilizar de forma proactiva os recursos técnicos e financeiros necessários para operacionalizar o processo;
- Descentralizar o processo de emissão do certificado de captura do pescado para reduzir o tempo e o custo de exportar;
- Explorar a redução dos custos dos inputs da aquacultura através da redução das tarifas aduaneiras que incidem sobre as importações dos alevinos e da ração para a produção da tilápia dos actuais 20% para 7.5%; e
- Introduzir de forma gradual os direitos aduaneiros e o IVA que incidem sobre as importações do carapau e consignar as receitas aduaneiras aos projectos que vi-

⁵ ITC Trade Map. <https://www.trademap.org/> [consultado no dia 27-06-22]

⁶ Macallister, Elliot and Partners (2021). *Leveraging Public Expenditure & Policies for Sustainable Private Sector Development in Fisheries & Aquaculture in Mozambique*. Maio

⁷ Zita, S. (2019). *Trade Facilitation Challenges and Opportunities for Mozambique's fisheries and aquaculture export growth and diversification into the European and African markets*. Dezembro

⁸ Nhantumbo, E. and Gaile, B. (2020). IIED. *Shallow Water Shrimp Fishery in Mozambique: Who benefits from the fiscal reform?* Working Paper, May

sam o desenvolvimento da pesca (semi-industrial e artesanal) e aquacultura.

Finalmente, será igualmente importante assegurar que haja neste sector um maior e melhor diálogo público-privado-

sociedade civil-parceiros abrangente para definir as prioridades e o quadro de resultados e monitorar a implementação. Neste processo, escolhas difíceis terão de ser feitas mas o mais importante será assegurar que os benefícios superem os custos para a economia como um todo.

Equipa Técnica

Samuel Zita, Economista e sócio-gerente
Denzel dos Santos, Economista-Estagiário

Layout

SE Trade Advisors, Lda

Website



www.setradeadvisors.com



Email

info@setradeadvisors.com



Endereço

Av. Vladimir Lenine, n° 174, Millennium Park, 1° andar esquerdo
